

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CONCEPÇÕES E AÇÕES

Alunas: Aline Ricci, Camila Reche e Roberta Machado
Orientadora: Sonia Kramer

Introdução

Este projeto é parte da trajetória do grupo de pesquisas sobre Infância, Formação e Cultura (INFOC). No período de 1999 a 2005 foi desenvolvida a pesquisa “Formação de Profissionais de Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: concepções, políticas e modos de implementação”, voltada para a situação da Educação Infantil e Formação de Professores; de 2005 a 2008, o grupo se dedicou à investigação de práticas com e entre as crianças nas creches, pré-escolas e escolas na pesquisa “Crianças e adultos em diferentes contextos: a infância, a cultura contemporânea e a educação”.

Desde o início de 2009, o grupo está trabalhando no projeto “Infância e Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações” que se apropria dos dois projetos anteriores e visa investigar políticas de gestão e formação e como estas ecoam nas práticas. Passados 10 anos da realização da primeira pesquisa e 15 anos da aprovação da LDB, é necessário conhecer a atual situação da infância, das políticas de Educação Infantil e da formação dos profissionais nos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos

O projeto tem o objetivo de pesquisar, numa perspectiva macro, a situação da infância, das políticas de Educação Infantil e da formação dos profissionais nos municípios do Estado do Rio de Janeiro e, numa perspectiva micro, conhecer interações e práticas entre adultos e crianças em creches, escolas de educação infantil e escolas de ensino fundamental nos seguintes municípios do Estado do Rio de Janeiro: Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Três Rios.

Metodologia

A pesquisa se fundamenta em três campos teóricos:

- No que diz respeito às políticas públicas e gestão, as principais referências se situam tanto em pesquisas amplas realizadas no campo da política educacional (Cunha, 2001; Medina, 1987; Viana, 1988, entre outros) quanto em investigações específicas da área da Educação Infantil (Corsino e Nunes, 2001; Kramer et alii, 2005);
- Nos estudos da linguagem e estudos culturais as principais referências advêm da obra de Mikhail Bakhtin, Lev Vygotsky e Walter Benjamin. Bakhtin por sua compreensão da linguagem fundamentada na história e na sociologia; Vygotsky, pela busca de uma psicologia fundada na história e na sociologia; Benjamin, por sua concepção de infância na cultura contemporânea. Os conceitos de dialogia, polifonia, exotopia, palavra e contrapalavra são centrais (Bakhtin, 1988, 1992, 2003); a visão de história e de linguagem, para a teoria crítica da cultura e da modernidade (Benjamin, 1987a, 1987b) e as contribuições de Vygotsky (1984, 1990) sobre o processo de constituição da consciência.
- Na antropologia e sociologia da infância, diversos autores contribuem para a construção de uma metodologia de pesquisa com crianças, como Sarmento (2000, 2001), Sarmento e Pinto (1997), Sirota (2005) e Corsaro (1992).

O percurso metodológico, centrado nas contribuições destes três campos, visa construir um olhar e uma escuta para captar e compreender crianças, adultos e suas interações. Para tanto, as estratégias metodológicas previstas e em execução são:

(i) aplicação de questionário (em 2009.2 foram feitas revisão e aprimoramento do questionário aplicado em 1999-2000, incluindo itens relativos à idade de corte para ingresso na Educação Fundamental e se já está implantada a inclusão das crianças de 6 anos);

(ii) entrevistas com responsáveis pela Educação Infantil das secretarias de educação e das creches e escolas pesquisadas (realizadas em 2009.2);

(iii) observação de ações, interações e práticas em creches e escolas de cada um dos municípios selecionados (a ser realizadas em 2010.2 e 2011). Nas visitas e observações, a fotografia será recurso metodológico. Teses e dissertações e monografias estão sendo realizadas como estudos de caso;

(iv) levantamento das condições materiais das creches, pré-escolas e escolas e bibliotecas (ao longo do processo).

Percebe-se, através deste percurso metodológico, que o projeto está ainda em andamento, mas que o grupo já tem em mãos um amplo material para estudo e interpretação. É exatamente sobre o percurso realizado até o momento, no que diz respeito ao questionário, entrevistas e primeiras impressões, que discorreremos a seguir.

1. O Questionário

É consenso que a escolha da fonte de informação numa pesquisa depende da natureza do problema, da relação com a teoria, do detalhamento das questões e do tipo de tratamento a ser dado para as informações (Luna, 2002; Brandão 2002; Ludke e André 1986). Levando em consideração que o questionário torna ágil a coleta de “informações de dados dispersos numa área geográfica extensa” (Corsino e Nunes, 2001) e que viabiliza a posterior tabulação e análise de grande quantidade de dados, permaneceu a opção por esse instrumento. No entanto, o que mais influenciou essa opção foi ter uma metodologia que viabilizasse comparar os dados desses dois momentos e fazer uma aproximação quantitativa dos fenômenos para a análise qualitativa dos dados (Brandão 2002). Nessa relação, nossa expectativa é a busca da superação do antagonismo quali/quantitativo na pesquisa em educação. Com a utilização do questionário e das entrevistas, o interesse da pesquisa é construir uma abordagem que dê conta de integrar aspectos subjetivos com determinantes estruturais mais amplas (Santos, 2009).

Diante das mudanças efetivas, como a transferência das creches para os sistemas educacionais (o que era ainda insipiente na pesquisa anterior) e a aprovação do FUNDEB e da ciência de que os informantes não são os mesmos, o questionário foi analisado e atualizado nas reuniões do grupo de pesquisa, de forma a verificar sua aplicabilidade no contexto atual do Estado do Rio de Janeiro. Cada membro do grupo respondeu ao questionário como sendo um informante, anotando questões a serem analisadas nas reuniões de pesquisa. Foi decidido não realizar uma pré-testagem extra grupo. Esta decisão levou em conta três fatores: o questionário original já ter sido submetido a uma avaliação crítica numa etapa piloto (Corsino e Nunes, 2001); a revisão e atualização do questionário terem sido realizadas passo a passo por um grupo representativo de pesquisadores; a assessoria de um perito em estatística ao longo de todo o processo de revisão/atualização. Entendemos que esse movimento construiu um processo de testagem ao longo das reuniões.

A versão final do questionário ficou estruturada em seis blocos, além de uma seção inicial destinada a Identificação dos Municípios com informações como: nome, endereço da Prefeitura e Secretaria de Educação, nome do Prefeito e Secretário de Educação e telefones de contato.

O primeiro bloco contém itens referentes aos **dados gerais do município**: população, data de instalação, número de eleitores, valor do PIB, área do município, municípios limítrofes, distância da capital e veículos de comunicação existentes.

O sistema de ensino está subdividido ao longo do bloco dois em: organização (Conselhos Municipais, Secretarias que desenvolvem projetos para o público de 0-6 anos, equipe de acompanhamento e cobertura do atendimento); cobertura do atendimento geral e cobertura da Educação Infantil; se possui equipe de acompanhamento pedagógico às creches e pré-escolas. A segunda parte deste bloco que trata da cobertura do atendimento geral, da Educação Infantil até o Ensino Médio e, com mais detalhes sobre: o número de crianças atendidas, organização do ensino fundamental, idade de ingresso no Ensino Fundamental. A terceira parte se detém especificamente na cobertura da Educação Infantil: número de crianças que residem no município, o número de estabelecimentos de Educação Infantil divididos em modalidades de atendimento, número de docentes, de auxiliares, de turmas, de vagas por turma e horários.

O terceiro bloco aborda a **organização e o funcionamento da Educação Infantil**: se as Secretarias de Educação têm um setor específico, se há acompanhamento pedagógico às creches e pré-escolas ou não, a frequência com que ele é feito e se o município dispõe de uma proposta pedagógica para a educação infantil.

O quarto bloco busca dados sobre a **formação dos profissionais da educação infantil**, quais os projetos e como eles são estruturados, seus objetivos, problemas e instituições envolvidas, temas abordados e as diferentes formas de implementação desses projetos.

O quinto bloco aborda o **ingresso e carreira dos profissionais da educação infantil na rede municipal de ensino**: formação mínima exigida, plano de carreira, vínculo empregatício, situação funcional, carga horária e distribuições nas diferentes atividades (direta com as crianças, de planejamento e de formação), piso salarial de cada profissional (professores, auxiliares e diretores) e processo de escolha de diretor de creches e pré-escolas municipais.

O sexto bloco tem como foco os **recursos financeiros e materiais** de que os municípios dispõem para a Educação Infantil: quais as fontes de recursos e os convênios. O último item deste bloco abre espaço para que o informante comente a situação atual da Educação Infantil no município, e aborde algum aspecto não contemplado pelo questionário. Uma parte final foi destinada para identificação do(s) responsável (is) pelo preenchimento das informações.

Até esse resultado final, o questionário passou por um processo de análise no qual, inicialmente, foi utilizado o próprio questionário, o relatório (Kramer et al, 2001)¹ e o Relatório Estatístico 1 – Microdados (Zanini, 2000) que contém as análises dos resultados de cada item. A memória dos pesquisadores que estiveram presentes na elaboração, aplicação e análise do questionário na sua primeira versão também trouxe contribuições significativas. As questões que não puderam ser elucidadas por estas três fontes de informação, foram objeto de pesquisa em documentos e sites oficiais. As reuniões do grupo de pesquisa foram um espaço de debate e análise desse processo de reconstrução.

As incongruências entre teoria/prática e entre lei/realidade tornaram complexa a discussão da reformulação do questionário, o que levou à reflexão de até que ponto teorias e políticas modificam o dia-a-dia das creches, pré-escolas e escolas bem como as práticas com as crianças. Esse processo é o tema do próximo tópico.

¹ KRAMER, Sonia (coord.) [et al]. *Relatório de pesquisa: formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro*. Apoio CNPQ/FAPERJ. Puc-Rio. Rio de Janeiro: Ravil, 2001.

1.1. Considerações sobre as alterações

A primeira pergunta que o processo de alteração do questionário suscitou no grupo foi indagar sobre o caráter da pesquisa. Num primeiro momento, foi questionado o valor das informações que a pesquisa queria obter das Secretarias e também o objetivo de aplicar novamente o questionário. Queremos obter a informação ou saber se o Município detém essa informação? O que é mais pertinente: ter novas informações ou preservar ao máximo o questionário para que seja possível comparar os dados? Há uma diferença de postura desse questionário em relação ao de 10 anos atrás: é uma tentativa de sistematizar os dados, mas também de entender as mudanças nesse período. Depois de longa reflexão e análise de diversos pontos de vista, a opção foi alterar o mínimo o relatório, abrindo exceção para o que deixou a desejar no questionário anterior, como erros na construção de frases, adequação de termos e atualizações, por conta de questões muito específicas do momento atual, citadas anteriormente.

Ainda com relação aos dados da pesquisa anterior, foi enfatizada a atenção aos itens que, ou por dificuldades na formulação das perguntas, ou por falta de compreensão dos quesitos por parte dos informantes, acabaram não proporcionando dados para análise. Assim, entendemos como fundamental a redação clara e acessível de uma Carta de Orientações para o preenchimento do questionário. Sendo um questionário autoaplicável, e por isso não demandando a presença do pesquisador para seu preenchimento, a carta teve como objetivo contextualizar o questionário e informar a nossa disponibilidade para esclarecer dúvidas através de um plantão de atendimento telefônico.

Nesse processo, optamos por realizar uma entrevista com os responsáveis pela Educação Infantil em 33 dos 92 municípios pesquisados. Assim sendo, também decidimos buscar pessoalmente o questionário nesses municípios, o que tornou necessária a redação de uma Carta de Orientação específica para estes municípios explicando o processo e solicitando que aguardassem contato dos pesquisadores para agendar a entrevista. Além da Carta de Orientação, enviamos junto com o questionário uma carta de apresentação da pesquisa. Essas duas cartas, Carta de Orientação e Carta de Apresentação, tinham o objetivo de aproximar a pesquisa dos possíveis informantes em cada município, estreitando, dentro do possível, os elos entre pesquisadores e pesquisados.

Uma questão presente nas reflexões do grupo foi como, através do questionário, enxergar a realidade sem legitimar práticas contrárias à fundamentação legal e teórica, já que nem sempre a realidade pesquisada corresponde às mesmas. Por isso, estivemos atentos a todos os aspectos do relatório, pois podem ser tomados como algo aceitável, procedente. É necessário não legitimar o que se quer ver como mudança na Educação Infantil. Foi necessário buscar alternativas que ao mesmo tempo fossem inteligíveis para todos os respondentes do questionário e não impusesse a terminologia que nós, enquanto pesquisadoras, julgássemos mais adequada.

Duas questões trouxeram implicações relevantes para mudanças no questionário. A primeira diz respeito a como nomear os profissionais que atuam diretamente com as crianças e não são professores. Hoje, verifica-se uma diversidade de vínculos e nomes para designar os adultos que atuam na Educação Infantil, em especial na Creche – estimulador, recreacionista, recreador, crechista, berçarista – mas que assumem a função de professor. O questionário anterior utiliza apenas o termo auxiliares. Diante desse leque de opções para designar esses profissionais, o que seria entendido como auxiliares? Como dar conta da diversidade da nomeação dos adultos que trabalham com as crianças na Educação Infantil, mais especificamente na Creche? A existência dessa função, auxiliar, é algo que está presente na realidade do município do Rio de Janeiro. O que não acontece em outros municípios, onde o termo pode ser entendido como auxiliar de serviços gerais. Assim, a opção foi utilizar o

mesmo termo, colocando-se entre parênteses no enunciado do item: “aqueles que atuam diretamente com as crianças, não sendo os professores”. A Carta de Orientações para o preenchimento do questionário foi utilizada como instrumento para deixar claro o que está sendo entendido por “profissionais que atuam diretamente com as crianças”, pois a resposta a essa pergunta teria eco nas questões sobre formação dos profissionais da Educação Infantil.

Essas questões também mobilizaram a análise dos itens 36 (A secretaria implementa projeto específico de formação em serviço para os professores de educação infantil?) e 37 (A secretaria implementa projeto específico de formação em serviço para os auxiliares de educação infantil?) do questionário. Houve a intenção de aglutinar esses itens em um só. A fusão dos dois itens se justificaria pela concepção de não naturalizar através do questionário a dicotomia entre auxiliares e professores na Educação Infantil, principalmente levando-se em consideração que a LDB/96 determina que seja o professor o profissional a atuar com as crianças de 0 a 6 anos. No entanto, os itens permanecem separados na expectativa de contemplar a diversidade no processo de formação dos profissionais da Educação Infantil nos municípios e saber se há uma política de formação que seja abrangente, para todos os profissionais da Educação Infantil.

A segunda questão diz respeito à separação Creches e Pré-escolas nos enunciados dos itens do questionário, pois o movimento da área tem sido no sentido de unificar a Educação Infantil. Assim, na reelaboração do questionário foi preciso sensibilizar para continuar firmando essa concepção, de que é Educação Infantil e não a separação entre Creche e Pré-escola. No entanto, cabe reconhecer que vários municípios têm diferenciado esses dois segmentos, tanto no que diz respeito à contratação dos seus profissionais quanto no que diz respeito à gestão. Nos enunciados dos itens a opção foi permanecer sempre Educação Infantil, e em situações pertinentes indicar Creche e Pré-escola quando se fizer necessário no indicativo da resposta.

Essas alterações parecem pertinentes porque, na pesquisa anterior, a transferência das Creches para os sistemas municipais de educação era quase nula, o que vem mudando significativamente no momento atual. Numa primeira instância, essa mudança está relacionada à transferência das creches para os sistemas de Educação, mas também está em debate a especificidade do atendimento na Educação Infantil, em especial na Creche, o que tem demandado pesquisas e ações efetivas no que diz respeito à qualidade do atendimento educacional nas instituições que atendem as crianças de 0 a 6 anos. Como as Secretarias têm procedido? Há equipes diferenciadas? Em quais municípios? O que determina a existência de equipes diferenciadas: o número de Creches, a especificidade do acompanhamento? Este tema teve de ser considerado durante as entrevistas.

Uma questão que fica em aberto é a relação entre as Creches Conveniadas e as Secretarias. Como são contabilizadas as crianças que estão nessas Creches? Como cada município aborda essa questão das Creches comunitárias? Neste sentido, o item 15, que trata do número de estabelecimentos e respectivos órgãos que os administram, necessitou de um olhar meticuloso para que fosse possível realizar a mudança mais adequada. O entrave se deu pela falta de critérios que as secretarias poderiam vir a ter na classificação/diferenciação entre estabelecimentos de Educação Infantil conveniados e privados já que, em muitos casos, como na pesquisa anterior, o dado acaba se perdendo. Desta maneira, optamos por trocar as classificações *Particulares* e *Comunitárias* por *Conveniadas* e *Privadas (não-conveniadas)* respectivamente. Para evitar confusões e favorecer que o dado das conveniadas corresponda à realidade, a Carta de Orientações anexada ao questionário deixou claro às secretarias esta classificação.

As alterações referentes à separação entre Creche e Pré-escola e sobre as instituições conveniadas foram alteradas, pois ajudam a investigar como o poder público organiza a sua política de Educação Infantil. No entanto, ao mudar os itens do questionário que dizem

respeito a esses temas, é necessário ter cuidado para não legitimar a separação, explicitando essa questão na Carta de Orientações. Por outro lado fica mais complicado comparar os resultados com os do questionário anterior.

No item 57 foi discutida a inclusão da opção “Organizações Sociais”, tendo em vista as parcerias com o terceiro setor, em especial no cotidiano das creches no município do Rio de Janeiro. No entanto, como as ONGs são órgãos executores e não financiadores, concluímos que não caberia sua inserção. Na pesquisa anterior esse item causou surpresa, pois nenhuma Secretaria informou receber investimento de ONGs, Agências Filantrópicas ou órgãos internacionais, mesmo, por exemplo, com a informação de que a Sociedade França-Brasil investia em alguns municípios da Baixada Fluminense.

O que ficou acordado nesse processo é que as alterações seriam aquelas estritamente necessárias, tendo como prioridade a possibilidade de cruzar os dados dessa pesquisa com a anterior. Nesse processo tivemos a assessoria de um profissional da área da estatística, que apontava os caminhos possíveis para que as mudanças fossem fecundas.

O questionário, que possuía inicialmente sete partes e 74 itens, passou a ser estruturado em seis blocos, com 68 itens. Esta versão do questionário também teve a sua diagramação alterada, visando dar maior harmonia e beleza ao instrumento e também proporcionar clareza e objetividade para o preenchimento dos dados. Receber em mãos um material bem feito e bem diagramado valoriza tanto a informação que se quer obter, quanto à participação dos informantes nesse processo.

O questionário foi enviado a todos os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. A equipe de estatística utilizou o Programa SPSS, para confecção do Banco de Dados.

1.2. Devolução dos questionários

Até o momento de elaboração deste Relatório, a pesquisa obteve o retorno de 59 questionários respondidos, os quais foram encaminhados para o tratamento estatístico dos dados. Este número representa 61,95% dos questionários enviados, percentual que chama a atenção, tendo em vista que a previsão para o retorno de questionários enviados pelo correio é em média 20% (Luna, 2002). Esse percentual elevado, do nosso ponto de vista, tem relação com a metodologia adotada tanto no envio quanto na forma de retorno dos questionários. Os questionários foram enviados registrados com AR (aviso de recebimento), o que permitiu controlar quantos e quais questionários haviam chegado ao seu destino.

O grupo de pesquisa buscou pessoalmente os questionários em 23 municípios, nos quais foram realizadas as entrevistas, o que já representou 25% de retorno. Em tempo hábil, estabeleceu-se um plantão de atendimento para esclarecimentos aos municípios por e-mail e por telefone. Esse plantão também funcionou, entrando em contato com os municípios, perguntando sobre o envio dos questionários e procurando manter contato com municípios que sabíamos estar respondendo ao questionário. Esse retorno mostra que valeu à pena investir no complexo processo de reelaborar o questionário e de apostar numa metodologia que leva em conta estratégias de aproximação entre pesquisadores e pesquisados.

Enfim, a revisão do questionário trouxe um duplo desafio: alterar o mínimo possível de modo a favorecer a comparação dos dados, mas ao mesmo tempo estar atento às alterações que se fizerem essenciais para captar as mudanças no cenário atual. Aspectos do questionário que envolvem questões como: auxiliares, práticas, equipes, formação e números na Creche e na Pré-escola são particularmente difíceis de serem traduzidos em itens no questionário pela própria ambigüidade existente nestas realidades. São temas pertinentes para serem retomados nas entrevistas.

E ainda, não adianta tentar resolver pela elaboração do questionário as ambigüidades e confusões da realidade, que é complexa. O questionário não tem o poder de alterar a

realidade, seu objetivo é capturar da melhor maneira possível a realidade como ela se apresenta. Mas este é um assunto para um próximo texto.

2 - As entrevistas

No período de outubro e novembro de 2009 foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela Educação Infantil das Secretarias de Educação em 23 municípios do Estado do Rio de Janeiro. A opção por realizar as entrevistas como instrumento de pesquisa foi motivada pela busca das histórias de formação e gestão dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. O discurso tem sempre um sentido e uma direção. Toda palavra tem intenções, significados; a situação dialógica é enriquecida nos debates travados pelos participantes nessa proposta de trabalho, ou seja, a ideia foi ter a oportunidade de obter informações que não conseguiríamos através dos questionários respondidos.

Todas as entrevistas seguiram um planejamento previamente definido. Primeiro, nas reuniões do grupo de pesquisa, foram realizadas leitura e discussão de textos referentes ao tema e estratégias metodológicas para a realização das entrevistas. Ficou acertado que cada entrevista seria realizada por uma dupla de pesquisadores. As entrevistas deveriam ser gravadas, se os entrevistados assim autorizassem. A partir dos objetivos da entrevista foi elaborado um roteiro abordando temas centrais e que fossem disparadores da narrativa.

O roteiro possuía perguntas gerais sobre a Educação Infantil no município e foi dividido em três blocos: 1 – Sobre nós: quem somos nós (entrevistadores e entrevistados); 2 – Sobre a Educação Infantil no município: como vêem a Educação Infantil no seu município, quais os avanços, as conquistas, os desafios, os problemas; 3 – Sobre o questionário: como foi responder ao questionário, o que nos escapou. Ao final da entrevista deveríamos pedir aos entrevistados que preenchessem uma ficha que chamamos de perfil dos entrevistados, contento aspectos de sua trajetória, formação e escolaridade. Procuramos conduzir as entrevistas como espaço de narrativa entre os profissionais entrevistados e também entre nós, pesquisadores. Percebemos que a posição ocupada pelos informantes – o lugar de onde falam, o contexto – trazem sentidos para os discursos produzidos.

O próximo movimento foi definir em quais dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro iríamos realizar as entrevistas, pois não seria viável ir a todos. Definimos critérios de escolha. A princípio iríamos a 1/3 dos municípios assim distribuídos: todos os municípios da Região Metropolitana; municípios em que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é considerado alto; proximidade do Município do Rio de Janeiro. No total iríamos a 33 municípios do Estado. Porém, devido a problemas relativos a agendar as entrevistas com algumas Secretarias de Educação, o número de entrevistas realizadas foi de 23.

Em uma das reuniões do grupo foram definidas as duplas e em quais municípios as mesmas iriam. As duplas deveriam ligar para as Secretarias de Educação correspondentes aos municípios do qual foram designadas e agendar as entrevistas. Entre os meses de realização das entrevistas tivemos poucas reuniões do grupo, pois decidimos aproveitar os dias de reunião para a realização das entrevistas.

As realidades encontradas nos municípios visitados foram as mais diversas. A forma como os pesquisadores foram recebidos também variou bastante. Algumas foram agradáveis. Em alguns municípios as pesquisadoras foram recebidas de forma calorosa, com direito a lanche e café. Ficando evidente a preparação dos entrevistados para o momento da entrevista, talvez por verem naquele momento uma oportunidade de mostrar o trabalho que desenvolvem na Educação Infantil daquele município. Em outros municípios a recepção não foi amistosa.

Depois de todas as entrevistas realizadas, começou o processo de realização das transcrições e dos relatos das entrevistas. O texto transcrito a partir de cada uma das entrevistas gravadas é considerado como peça importante na análise das falas. Ouvindo as

falas, analisando os textos e as transcrições, queremos captar, compreender, explicitar significados.

Em 2010.1 iniciamos o processo de análise das transcrições. Cada pesquisador ficou responsável por apresentar um dos municípios em que fez a entrevista aos demais membros do grupo de pesquisa. A esse procedimento denominamos de *entrevista na mão*. Devendo também escrever um texto sobre o município com as informações conseguidas através do questionário e da entrevista. O texto deverá ser apresentado neste semestre.

Apesar de ainda estarem sendo feitas análises com os materiais obtidos nas entrevistas, é possível perceber realidades diversas sob vários aspectos: cobertura do atendimento. Na maioria dos municípios o atendimento nas Creches (crianças de 0 a 3 anos) foi apontado como desafio; ainda há muitas crianças na lista de espera para entrada na Creche; A questão dos prédios para a Educação Infantil também foi apontado como desafio para grande parte dos municípios entrevistados. Muitos prédios são adaptações, não sendo adequados para atender a Educação Infantil. Como exemplo, em um dos municípios visitados, a entrevistada relatou que havia problemas graves de saúde por falta de ventilação no prédio.

Ficou visível também o quanto a informação oficial está determinada pelas condições nas quais a entrevista é realizada, e o quanto os bastidores podem ser reveladores. Evidencia-se o que procuraram explicitar e o que procuraram disfarçar, minimizar ou até mesmo esconder, como o local de residência do entrevistado, grande parte dos entrevistados não reside no município em que trabalha; os horários de trabalho, em um dos municípios as responsáveis pela Educação Infantil trabalhavam apenas 12 horas semanais, mas, como a própria entrevistada ressaltou, “são apenas 10 horas no relógio”. Havia também problemas relativos à interferência das Secretárias de Educação, bem como solicitações de vagas como favores políticos, e problemas na comunicação entre setores das Secretarias de Educação.

Um ponto interessante e comum em alguns municípios é o quanto que as condições materiais favoráveis, quando existem, não são garantias de uma educação de qualidade e com concepção pedagógica apropriada. Da mesma forma, municípios que, a princípio, não têm condições favoráveis, foram uma grata surpresa.

No geral confirmou-se o que já havia sido discutido nos encontros de estudos e preparação para as entrevistas: o quanto a realidade é rebelde, caótica e dinâmica. Não apenas em termos de configurações dos municípios, como também na realização das entrevistas: feitas sob o olhar do Secretário de Educação ou Assessores, equívocos pedagógicos e barulhos imprevistos.

3. O estudo teórico

Ao longo do semestre realizamos estudos teóricos de textos sobre etnografia, entrevistas em pesquisas qualitativas (Duarte, 2004; Kramer, 2007) e textos sobre políticas públicas (Cunha, 2001; Medina, 1987). O estudo destas áreas foi muito importante para a preparação para o momento das entrevistas, e será importante também no momento em que iremos nos dedicar às observações.

Na discussão acerca dos textos de Duarte e Kramer o grupo procurou fazer um exercício de reflexão entre eles e as entrevistas que realizamos e ainda iremos realizar. Duarte levanta o questionamento de que o uso de entrevistas em pesquisas qualitativas é um tema recorrente e polêmico nas discussões acadêmicas, pois se trata de um procedimento de informações que muitas vezes é utilizado de forma menos rigorosa do que o desejável. Cabe aos pesquisadores que fazem uso deste procedimento explicitar as regras e os pressupostos teórico/metodológico que norteiam seu trabalho, criando critérios para avaliação de confiabilidade de pesquisas científicas que usam as entrevistas como recurso. Kramer (2007) enfatiza questões práticas para as entrevistas. A importância de estar atento desde o momento da chegada, considerando

não só a entrevista, mas também a forma como se é recebido, por exemplo. O contexto auxilia a compreender o texto do informante, os entraves, as possibilidades e os limites. Kramer (2007) ressalta ainda a importância da valorização da escuta e observação que os pesquisadores das Ciências Humanas devem ter, considerando tanto a racionalidade como a sensibilidade, a fim de compreender a história e os acontecimentos. Nas entrevistas é importante garantir os diálogos, por existir uma forte ligação entre história de vida, subjetividade e narrativa.

Os textos de Cunha (2001) e Medina (1987) trazem questões importantes sobre as características e os meandros da administração pública. Cunha apresenta a administração zig zag, que se refere à falta de continuidade das políticas públicas, consequência da necessidade de cada governo deixar uma marca distinta, não levando em conta o que foi feito anteriormente. Esse tipo de administração contribui para explicar a dificuldade de avaliação e a pouca eficiência das políticas educacionais.

Cunha acredita que as razões da administração zig zag seriam: o eleitorismo, o experimentalismo pedagógico e o voluntarismo pedagógico. Neste sentido, vale à pena situar em que contexto o texto foi produzido. Cunha faz parte de um grupo de intelectuais dos anos 1970 e vem se dedicando ao estudo de políticas públicas, ensino superior e ensino religioso. Este texto foi publicado no fim dos anos 1980, em um contexto pós-ditadura. Quando discute sobre experimentalismo, Cunha está fazendo suas críticas ao tecnicismo e ao escolanovismo. Quando discute sobre voluntarismo pedagógico, critica intelectuais militantes.

Outro tema importante apresentado por Cunha em seu texto é o privatismo que encontrou facilidade nas políticas educacionais no Brasil. Percebemos hoje que público e privado se mesclam e se confundem. Por outro lado, algumas decisões da gestão pública escamoteiam os interesses privados. A privatização nos leva a discutir o papel do Estado e da sociedade na oferta de serviços educacionais.

Com base nos textos de Cunha e Medina também foi discutida a questão da municipalização, defendida na Constituinte e antes dela. A municipalização significou a descentralização da Educação, que pode ser compreendida como um ganho de eficiência e autonomia, mas pode ser questionada visto que os municípios possuem condições financeiras diferentes.

4. Questões emergentes e conclusões

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, somos levadas a refletir sobre a necessidade de políticas públicas voltadas à qualidade no atendimento as crianças pequenas. Esse aprendizado se deu a partir das leituras dos textos, das discussões coletivas, da participação nas reuniões de grupo e minigrupo, da confecção de atas das reuniões, da análise dos dados provenientes dos questionários respondidos, das entrevistas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, entre outras atividades importantes para adquirirmos conhecimentos práticos e teóricos sobre a pesquisa em Educação.

Ainda que não tenham sido sistematizados e analisados todos os dados pelo grupo de pesquisa, para efeito deste Relatório, pensando em tudo que tivemos a oportunidade de ver e ouvir, destacamos três categorias que nos chamaram a atenção ao longo deste percurso: a formação dos profissionais da Educação Infantil, a expansão da rede e o papel da Educação Infantil.

Sobre a **formação dos profissionais da Educação Infantil**, 50 municípios (84,7%) informaram que a Secretaria de Educação implementa algum projeto de formação em serviço que envolve profissionais da Educação Infantil. Embora seja bastante significativo esse número, o fato de 8 municípios não implementarem nenhum projeto de formação traz

algumas indagações: será que não responderam por não terem clareza do que é formação? E os municípios que desenvolvem, como o fazem?

Nas respostas à pergunta sobre as instituições envolvidas na formação - em que mais de uma alternativa poderia ser marcada - além da Secretaria de Educação, outras Secretarias e Instituições particulares, federais e estaduais também promovem esta formação. Podemos perceber através dos dados obtidos a proximidade das Secretarias de Educação com a Secretaria Municipal de Cultura, com Instituições Federais e com a Secretaria Municipal de Saúde. Diferentemente de dez anos atrás, na pesquisa realizada em 1999, as Instituições Federais tiveram um número bem menor. A Secretaria Municipal de Assistência Social ao contrário do que ocorreu com as Instituições Federais, diminuiu o número de parcerias envolvidas na formação.

No item relativo a quem planeja a formação, item que também possibilitava múltiplas respostas, observamos que se destacam como responsáveis: as Secretarias Municipais de Educação (44 municípios), Coordenadores/Orientadores Pedagógicos (31 municípios). Cabe atentar para o fato que os diretores de Creche e Pré-escola (7 municípios), professores (8 municípios), da Secretaria Municipal de Educação e das Universidades (9 municípios), tem pouca participação no planejamento da formação. Esses dados são muito parecidos com os encontrados na pesquisa em 1999. Esses dados são preocupantes, nos levando a pensar que os diretores são subestimados na formação. Os professores também participam pouco do planejamento de formação, o que confirma a hierarquização. Há também predomínio das necessidades identificadas pelas Secretarias e a falta de diálogo entre estas e o conhecimento produzido na área. Ainda que as Secretarias afirmem este reconhecimento, os dados mostram outra realidade. Destacamos ainda a importância de atentarmos para os termos, como por exemplo, “gestão de pessoas”, e para as respostas que aparecem na opção outros (10 municípios). O que são outros nos temas abordados na formação dos profissionais?

Sobre quem participa da formação, dos 50 municípios que responderam que desenvolvem projetos de formação, além dos professores, também participam professores da rede conveniada (10 municípios), auxiliares da rede conveniada (9 municípios) e auxiliares da rede pública (36 municípios), normalistas (8 municípios), estudantes de nível superior (7 municípios), equipe pedagógica (36 municípios). Tradicionalmente a formação era destinada aos professores, porém as respostas nos mostram outros sujeitos já se fazendo presentes em alguns municípios. Percebemos um aumento das auxiliares nos projetos de formação. Atentamos para o fato de que, no questionário de 1999, não constava a opção equipe pedagógica.

Sobre os temas abordados na formação, mais de uma opção também poderia ser marcada, constata-se a ênfase em aspectos didáticos/pedagógicos (49 municípios), que em comparação com fundamentos (30 municípios). O trabalho com arte e cultura aparece como o segundo mais marcado pelos municípios. O tema relativo à família e a comunidade também foi apontado por um número grande de municípios, o que nos leva a pensar que essas instâncias têm sido valorizadas no processo de formação dos professores.

Com relação aos tipos de formação, palestras e oficinas foram os itens mais assinalados pelos municípios. O que evidencia que há uma tendência a formação eventual, principalmente se comparadas às estratégias que apostam no processo, como cursos de formação inicial e grupos de estudos.

Com relação aos fatores considerados prioritários na formação dos professores da Educação Infantil, a maioria das respostas aponta para as necessidades identificadas pelas Secretarias de Educação (46 municípios) e solicitação dos profissionais (42 municípios), seguidas por conhecimentos veiculados em cursos, palestras (25 municípios), conhecimentos produzidos na área (20 municípios), sugestões das famílias e comunidade (7 municípios). Os dados evidenciam que as necessidades identificadas pelas Secretarias de Educação são

determinantes para a organização da formação. Porém, em alguns municípios são levadas em conta as solicitações dos profissionais e a produção teórica.

A questão da **expansão da rede** apareceu de maneira muito forte em diversos relatos feitos durante as entrevistas. Um ponto relevante nesta questão é a apresentação da expansão: com base em Bakhtin (2003) poderíamos falar em ambivalência dialética, já que o tamanho da rede ora é apresentado como a maior conquista e ora como a maior dificuldade a ser enfrentada. Esta contradição já apareceu como um referencial teórico importante na pesquisa em 1999 e retorna nesta – analisar a ambivalência de um aspecto que uma hora é visto de uma forma e outra hora é visto de outra.

A forma utilizada para a expansão da rede variou significativamente entre os municípios analisados: expansão por conveniamento, expansão por rede própria com espaços alugados, com espaços próprios, com espaços adaptados para o uso como Creches e Pré-escolas, e pela construção de espaços projetados para este fim.

A ausência de estudos de demanda para a Educação infantil nos leva a uma análise baseada em dados da população de 0 a 6 anos nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Dos 59 municípios que responderam ao questionário 29 (49% dos municípios) não informaram o total de crianças de 0 a 6 anos residentes no município e destes, 3 (5% dos municípios) não informaram também o número de crianças de 0 a 6 anos matriculadas no município (bloco2 item11). Apesar de estes números serem melhores do que os apresentados na pesquisa de 1999 onde apenas 38,9% dos municípios informaram sobre o número de crianças de 0 a 6 anos no município, na pesquisa atual este número passou para 51%, fica evidente que cerca de metade dos municípios não conhece a sua população infantil de 0 a 6 anos de idade e este desconhecimento tem implicações para o desenvolvimento de políticas municipais para a Educação Infantil.

A terceira questão que sinalizamos é sobre o **papel da Educação Infantil nos Municípios** em que os pesquisadores realizaram entrevistas. Verificamos que, para alguns municípios, a concepção de Educação Infantil é de que as crianças são “abrigadas e assistidas”. As contradições no discurso também foram evidentes: ora se falava que a “Educação Infantil não é lugar de brincadeira!”, e ora que “a coisa mais importante é mostrar aos pais que a Educação Infantil não é alfabetizar!”. Este é um aspecto que precisa ser aprofundado nos estudos específicos. Vale notar que o papel da Educação Infantil na formação do leitor é tema que tem sido pouco estudado e averiguado em pesquisas no Brasil.

Vale destacar, ainda, que, no que diz respeito às políticas públicas e gestão, tal como as conclusões da pesquisa realizada em 1999 (Kramer et alii, 2005), a investigação atual aponta a falta de políticas de formação e planejamento para a Educação Infantil.

Enfim, ao longo de todo esse processo aprendemos sobre procedimentos de pesquisa e os cuidados necessários para utilizar as entrevistas como instrumento de pesquisa em Educação. As entrevistas realizadas nos municípios e os questionários nos ajudaram a conhecer a situação da Educação Infantil, constatando a fragilidade do atendimento às crianças, ainda que acompanhada de avanços. Os próximos passos da pesquisa incluem, de um lado, a continuidade da análise dos dados do questionário (agora já organizados em gráficos e tabelas) e das entrevistas (já transcritas) e, de outro lado, a devolução dos resultados para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, o que será realizado nas próximas etapas, tão logo seja concluído o Relatório Final.

Referências Bibliográficas

- 1- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992, 2003.
- 2 - BAKHTIN, M.. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1988a

- 3 - BENJANIM, W. **Obras Escolhidas I: Magia e Técnica.** Arte e Política, São Paulo, Brasiliense, 1987^a
- 4 - BRANDÃO, Z. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos.** São Paulo: Loyola, 2002.
- 5 - BENJAMIN, W. **Obras escolhidas II: Rua de mão única.** São Paulo: Brasiliense, 1987b.
- 6 - CORSARO, W. et alii. **Interepretative approaches to children's socialization.** San Francisco, Jossey, Bass, 1992.
- 7 - CORSINO, P. e NUNES, M. F. R. Buscando dados na Educação Infantil nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. In: KRAMER, Sonia (coord.) [et al]. **Relatório de pesquisa: formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro.** Apoio CNPQ/FAPERJ. Puc-Rio. Rio de Janeiro: Ravil, 2001, p. 9-73..

- 8 - CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil.** Ed. Cortez, 2001.
- 9 - DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.
- 10 - KRAMER, S. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: FREITAS, M. T; KRAME S; SOUZA, S. (orgs.) **Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin.** São Paulo: Cortez, 2007.
- 11- KRAMER, S.(org) **Profissionais de educação infantil: gestão e formação.** São Paulo: Ática, 2005.
- 12 - KRAMER, S. (coord.) [et al]. **Relatório de pesquisa: formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro.** Apoio CNPQ/FAPERJ. Puc-Rio. Rio de Janeiro: Ravil, 2001
- 13 - KRAMER, S. (org.) **Retratos de um desafio: crianças e adultos na educação infantil.** São Paulo: Ática, 2009.
- 14 - LUDKE, M. e ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- 15 - LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** São Paulo: EDUC, 2002.
- 16 - MEDINA, A. V. **Modelos e lentes: uma discussão sobre a análise da implementação de políticas públicas.** Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, V.2, n. 1, p. 40-55, jan./abr. 1987.
- 17 - SARMENTO, M. J. A **Globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade.** In: FILHO, A. Leite, GARCIA, R. L. (orgs.). Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 13-28.
- 18 - SARMENTO, M. J. **Lógicas de acção nas escolas.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, dez. 2000.

- 19 - SARMENTO, M. J. e PINTO. (org). **As crianças: contextos e identidades**. Braga, Universidade do Minho, 1997.
- 20 - SIROTA, R. **Primeiro os amigos: os aniversários da infância, dar e receber**. Campinas, Revista Educação e Sociedade, vol 26, no 1, 2005, p 535-562.
- 21 - VIANA, A. L. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. Campinas, Cadernos de Pesquisa, no 5, 1988, p. 1-39.
- 21 - VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.
- 22 - VYGOTSKY, L S. La imaginacion y el arte en la infancia (ensayo psicologico). Madrid, Akal, 1990.
- 23 - ZANINI, A. **Formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: concepções, políticas e modos de implementação**. Relatório estatístico 1 – Microdados, outubro de 2000.

.

O questionário preenchido foi recebido totalmente fora do prazo, inclusive para a realização da entrevista. Foram dois questionários enviados, o primeiro ficou perdido, apesar de ter sido endereçado à própria Secretaria de Educação, com o pedido que ele fosse encaminhado para o responsável pela Educação Infantil no município do Rio de Janeiro (como foi feito em todos os outros municípios), a troca da responsável pela Educação infantil neste período também foi outro complicador para a pesquisa. Após um sem fim de ligações, idas a Secretaria de Educação, informações desconstruídas sobre onde estava o questionário, se ele estava pronto ou não o questionário chegou a nossas mãos.